

Shackle: a tardia (e inútil) descoberta da teleologia pela ciência econômica¹

Mário Duayer²

-
- 1 Extraído de CHASIN, José (ed.). **Ensaio 17/18**. São Paulo: Ensaio, 1989, pp. 347-369. Transcrito por V. S. Conttren, com menores correções ortográficas, Fevereiro 2020.
 - 2 Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense. Este ensaio é subproduto de um trabalho de pesquisa sobre os fundamentos filosóficos da teoria neoclássica que conta com o apoio do CNPq.

O aspecto daquele solar e daqueles apartamentos, onde tudo tinha um odor de velhice e de mediocridade, o espetáculo oferecido por aquelas duas criaturas que pareciam ter dado à costa num rochedo de ouro, longe do mundo e das ideias que fazem viver, surpreendeu Augustina. Naquele momento, ela contemplava a segunda parte do quadro cujo começo a impressionara em casa dos Lebas, o de uma vida agitada, conquanto sem movimento, espécie de existência mecânica e instintiva, semelhante à dos castores.

Balzac

Em seu livro *Epistemics & Economics: A critic of economic doctrines*, G. L. S. Shackle centra suas baterias críticas exclusivamente contra o pensamento neoclássico, a despeito da maior amplitude anunciada pelo próprio título do livro. Consequentemente, sua crítica vem com a marca da mutilação desferida no objeto. Entretanto, tal reducionismo crítico torna-se inteligível tendo em vista o objetivo do autor. É que a crítica aos fundamentos filosóficos da teoria neoclássica cumpre a função de fornecer, por negação, os elementos com os quais o autor procura cravar os alicerces filosóficos do keynesianismo. Trata-se de uma malograda operação de distanciamento territorial dos neoclássicos tentada por Shackle. Pois nela mudam, se tanto, apenas as estacas; o solo (ontológico) permanece o mesmo.

Talvez se possa argumentar que a ousadia de qualificar de inócuo o empreendimento shackliano deve ser sustentada por algo mais do que um curto ensaio. De fato, inúmeras vezes ocorre que nem mesmo vastos tratados chegam para abalar as crenças mais fantásticas. Talvez porque estes casos envolvem outras coisas além da lógica do argumento (da ciência?). Para obviar assunto tão controverso, conceda-se as considerações que se seguem o caráter de indicações preliminares, extraídas de uma

pesquisa mais ampla, ainda em execução. Assim, não se retira o juízo acima declarado e fica registrada a dívida, a ser resgatada por algo mais do que um ensaio. Com tal rodeio, fica estabelecido que este trabalho consiste de indicações para uma crítica da crítica do que este trabalho consiste de indicações para uma crítica da crítica de Shackle à noção de tempo na teoria neoclássica. O propósito aqui é de apreciar criticamente os lineamentos do pensamento do autor; nunca o de examinar em detalhe seu conteúdo e os desdobramentos deste decorrentes. Vale dizer, se o argumento desenvolve-se necessariamente num plano geral, isto não significa que se considere destituídos de interesse os aspectos específicos da obra analisada, mas sim que são secundários diante da centralidade da noção de tempo.

De fato, pode-se afirmar sem receio de distorcer o pensamento do autor, que a tentativa de fundar filosoficamente o keynesianismo sobre bases próprias e, portanto, de romper seu parentesco com o neoclassicismo, depende em grande medida da crítica à noção de temporalidade na teoria neoclássica. É por intermédio desta crítica que se explicita o conceito de tempo subjacente ao pensamento de Keynes, o qual, segundo Shackle, distingue-se radicalmente de seu equivalente no pensamento neoclássico.³

Ora, se os dois principais polos entre os quais a ciência econômica se debate, o neoclassicismo e o keynesianismo, tem no tempo o conceito que os distingue, então decerto haverá algum interesse em examinar se as diferenças são tão profundas tal como apregoadas por Shackle. E este é o objetivo específico deste ensaio. Ademais, tendo-se presente que aqui se adota a perspectiva marxiana, será possível ao menos assinalar alguns momentos nos quais se manifesta a diferença radical entre a noção de

3 As expressões teoria neoclássica, teoria tradicional e teoria ortodoxa serão aqui usadas indiferenciadamente. Não obstante, é necessário enfatizar que, no texto sob exame, em nenhum momento o seu autor emprega o termo neoclássico.

temporalidade e, mais fundamentalmente ainda, a de prática social que aquela subentende e admite, tais como entendidas por Marx, e as de Shackle, tomadas como representativas das concepções na ciência econômica. Com isso, será possível indicar como esta diferença reflete-se na própria concepção da ciência. Pois, quando se trata da ciência social, a delimitação do conjunto das práticas sociais que irá constituir o objeto da ciência equivale, necessariamente, à determinação de uma dimensão temporal para o objeto, no caso, o ser social.⁴

Será visto que, em Marx, a determinação histórica do ser social jamais é perdida de vista, fato este que tem amplas repercussões nas investigações de suas formas histórico-concretas. Implica reconhecer, antes de mais nada, a particularidade de cada uma das formas da via humana, com suas relações, leis etc, mas também a transitoriedade de cada forma. Mas se as formas são transitórias, só podem sê-lo em virtude da prática social dos sujeitos, a qual, conseqüentemente, ainda que sempre se efetive nas circunstâncias postas por cada forma, nela não está irremediavelmente enclausurada.⁵ Portanto, afirmar a historicidade do ser social equivale a acolher na noção de prática não apenas os agires que se conformam a, e são requeridos por, uma forma histórica deste ser, mas igualmente os que nela emergem mas que, não obstante, a negam. E, entre estes, importa reconhecer sobretudo os que criam as condições objetivas de sua superação.

4 Assim, quando Marx critica a Economia Política por tratar o modo de produção capitalista da mesma forma que os padres tratam a religião cristã, vale dizer, como desfecho da história, está a assinalar o fato de que seu ato de instauração implica a postulação de um tempo de existência para o objeto—no caso, a eternidade. MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 90; id.. **Miséria da Filosofia**. Moscou: Ed. Progresso, p. 98.

Justamente o oposto ocorre na ciência econômica. Vai ser possível verificar que por hipostasiar o seu objeto, a forma da vida humana que investiga—o modo de produção capitalista, a ciência econômica deshistoriciza-o necessariamente, e a redundância vale aqui como ênfase. Nem por isso deixa a sociedade capitalista de ser vista como processualidade. Porém, consiste de uma processualidade no interior da forma, que se movimenta infinitamente sem alterar sua constituição essencial. É fácil concluir, por outro lado, que esta concepção demanda uma noção de tempo muito específica, pois tem como horizonte a duração da forma. Em outras palavras, o tempo para a ciência, e que, reciprocamente, constitui o tempo de validade da ciência, é o tempo da forma de vida em que tem vigência o capital. Se assim é, só podem ser contempladas pela ciência as práticas sociais adequadas á forma, do que resulta necessariamente uma concepção unilateral da prática humana, posto que se exclui *a priori* do domínio da ciência as práticas não operativas, “eficazes,” do ponto de vista da perpetuação da forma.

Ao lado deste objetivo específico, há que se considerar também que os escritos de Shackle oferecem uma oportunidade rara para se tematizar alguns dogmas metodológicos e filosóficos da ciência econômica. Neste campo, todo um conjunto complexo de concepções que respondem pela existência de correntes inconciliáveis são adotadas correntemente pelos metodólogos da ciência econômica como se sobre elas não pairasse qualquer dúvida. Em geral, a reflexão da ciência econômica sobre a sua prática é entendida como uma aplicação imediata das postulações e enunciados, devidamente sistematizados, da filosofia da ciência sobre a cientificidade. A finalidade explícita dos trabalhos conduzidos segundo esta ótica é o de municiar-se de critérios epistemológicos capazes de isolar, de

um lado, os procedimentos ditos científicos e, de outro, aqueles que se descartam como metafísicos. De posse destes critérios, e suprimidas todas as concepções tidas por metafísicas, não-científicas, especulativas, passa-se a um exame das teorias visando estabelecer qual delas, ao atender os critérios, soma mais pontos no concurso de cientificidade. Outras vezes, o objetivo é tão somente verificar se um setor da teoria, já tida por científica, em seu desenvolvimento específico não transgride as normas estabelecidas da cientificidade.

Enfim, tão tranquilas correm as coisas nos trabalhos sobre metodologia da ciência econômica que nos assalta a dúvida, a saber, se deve-se atribuir a credulidade destes trabalhos, muitas vezes verdadeiramente cãndida, a uma certa puerilidade, ou se, pelo contrário, cabe entendê-la como um ato deliberado que mal dissimula a intenção de ocultar as antinomias notórias do discurso por detrás de afirmações peremptórias e antissépticas definições.

Na obra de Shackle não temos nem uma coisa nem outra. Além de sua apreciável qualidade literária, considerando que se trata de um texto de economia, os discernimentos que ali deparamos sobre as dificuldades e limites do conhecimento, da ciência, de modo algum equivalem a medir as preposições da ciência econômica pelo metro epistemológico da filosofia da ciência. Independente do fato de que Shackle, na verdade, não se distancia substancialmente das concepções vigentes nesta área, seu pensamento se estrutura e suas concepções vigentes nesta área, seu pensamento se estrutura e suas concepções progressivamente se explicitam na medida em que leva adiante a crítica à base axiomática da teoria neoclássica. Em outras palavras, em contraste com outros “metodólogos” que se limitam a examinar se as teorias cabem na forma da cientificidade confeccionada pela

filosofia da ciência, e aqui nos referimos a autores como Blaug, Caldwell, Boland etc, Shackle realize uma crítica imanente da teoria neoclássica.

Daí o interesse de que se reveste o estudo de sua obra, pois a par de consistir de uma crítica imanente do pensamento neoclássico que se realiza desde a perspectiva da ciência econômica, e que por esta razão não pode senão deixar intocados os fundamentos últimos daquela, apesar disso, põe de manifesto as insuficiências e inconsistências da teoria neoclássica como representação da realidade econômica da sociedade capitalista. São estas características da crítica, sua eficácia e seus limites, que demonstram, antes de tudo, a inocuidade do formalismo das análises metodológicas (epistemologicistas), tão ocupadas em examinar minuciosamente a lógica das proposições com as quais a teoria (neoclássica) é urdida—e assim parecem atender ao rigor requerido pela ciência, que tomam por assentados não só os postulados da teoria investigada. Pois Shackle presta o serviço de mostrar pacientemente, e sem ultrapassar as fronteiras da ciência econômica, que estes postulados guardam escassa correspondência com as relações reais na economia capitalista. Ora, consistindo os postulados de afirmações sobre o objeto, o fato de corresponderem a aspectos inexistentes ou irrelevantes daquele equivale, para fazer uma analogia, a tomar gato por lebre apenas porque ambos são quadrúpedes e andam ligeiro. Da mesma forma que, neste caso, o descuido com os pressupostos seria fatal para o apetite, dos pressupostos neoclássicos, para Shackle, não resultariam receitas exequíveis prescindindo do fato de se seriam apetecíveis, por ele não tematizado.

Entretanto, como sugerido acima, justamente por não ultrapassar o território geral demarcado pela ciência econômica por intermédio de seus axiomas, e no interior de cujas fronteiras tem vigência a legalidade científica

daquela, Shackle se vê às voltas com a mesma sorte de dilema que vislumbrava no pensamento neoclássico, e que havia inspirado sua crítica. Pois se o que está em jogo em sua crítica aos neoclássicos é, em última análise, a impropriedade das abstrações com as quais aqueles trabalham, abstrações estas que não dão conta da dimensão temporal da sociedade analisada, da mesma forma, e isso pretende-se indicar, ao tomar os axiomas gerais da ciência econômica como dados que prescindem de todo e qualquer exame, Shackle emula os procedimentos da teoria que critica, apenas que em outro nível.

1. O Sentido Geral da Crítica Shackliana

A crítica de Shackle à teoria neoclássica gira fundamentalmente em torno da relação entre as noções de racionalidade e de temporalidade, tal como as entende o autor. Qualquer que seja o aspecto da teoria abordado, converge sempre a análise para aquelas questões. Sob diversas angulações mostrará ele que o equilíbrio pressupõe a conduta racional e esta, por sua vez, o conhecimento completo das circunstâncias pertinentes. Mas o conhecimento completo das circunstancias pertinentes pressupõe a abstração do tempo e, na ausência deste, carece de sentido falar de conduta, quanto mais da racional. O equilíbrio e a racionalidade só existem num mundo intemporal. E, como já se assinalou, por contraste com esta intemporalidade latente na teoria neoclássica Shackle constrói sua concepção do “esquema das coisas,” a qual, segundo ele, estaria implícita na obra de Keynes.⁵

5 Muitas vezes mostrou-se incontornável, e em outras foi mesmo aconselhável, o emprego de extensas citações tomadas da obra sob exame. Estas citações correspondem à edição espanhola e foram traduzidas pelo autor.

Antes de se expor os elementos centrais que compõe o roteiro da crítica de Shackle à teoria neoclássica, convém chamar a atenção para uma questão que pode suscitar dúvidas. É que na reprodução sumária do argumento do autor fica-se, temporariamente, enredado na perspectiva desde a qual a crítica se desenvolve—no caso específico, a crítica adota uma orientação exclusivamente epistemológica, coisa que fica já patente na frase inaugural do livro.⁶ Por esta razão, faz-se necessário enfatizar que há uma diferença radical entre a perspectiva epistemologicista de Shackle e aquela que inspira este trabalho. Pois se para Shackle a teoria econômica foi inventada, fazendo com isso a ênfase recair sobre o papel quase autônomo da consciência nas suas representações sobre o mundo, aqui estas formas subentendem relações reais, concretas. Aliás, o próprio autor entra em contradição flagrante com sua concepção quando, mais adiante, afirma que a “dissolução da crença na conta e na razão que a teoria do valor nos dá dos assuntos econômicos foi um aspecto da dissolução da estabilidade social e internacional da era vitoriana,”⁶ diante do que, ao que parece, se pode concluir que a teoria mais se assemelha a uma descoberta do que uma invenção.

Feita a ressalva, e transferindo a discussão destes temas para mais tarde, pode-se voltar ao argumento de Shackle. Este gira em torno da questão: “O que faz, efetivamente, a teoria econômica em sua forma tradicional chamada teoria do valor?”⁷ Na resposta a esta indagação fica sugerido o enorme encargo assumido pela teoria do valor, razão pela qual

6 *Op. cit.*, p. 260.

7 *Op. cit.*, p. 105. Não iremos nos ocupar, por enquanto, do fato de que aquilo que Shackle denomina construção-valor consiste, na verdade, na teoria do valor-utilidade, a qual, efetivamente, tem por condição a obliteração da categoria valor. De todo modo, para se acompanhar o argumento do autor não se pode perder de vista que sempre estará tratando do valor-utilidade.

esta confunde-se com a própria teoria econômica: “Define a natureza e as condições necessárias da ação consistente consigo mesma para um indivíduo, e da pré-reconciliação geral da ação entre os membros de uma sociedade. A pré-reconciliação assegura que cada indivíduo, dada sua dotação de destrezas, capacidades e posses materiais ou poder de compra, obtém o máximo de satisfação que lhe é possível no seu ambiente dado de outros indivíduos com seus respectivos desejos e dotes, sob o suposto de que cada um dos indivíduos prescindirá da força e da fraude, terá igual liberdade de realizar trocas com outros e um conhecimento igual e perfeito das trocas disponíveis.”⁸

A construção-valor, portanto, está na base da concepção de que o mercado efetua uma distribuição de fatores de tal modo que fica assegurada a otimização tanto da utilização destes fatores como da satisfação dos indivíduos. Consequentemente, a teoria do valor constitui a expressão sintética da noção de que o mercado conduz a economia para um estado de equilíbrio ótimo. Em uma palavra, a teoria econômica é a teoria do valor. Mas, afinal, em que princípios se fundamenta esta teoria cuja influência é inegável? No entender de Shackle, a construção do conceito de valor se vale unicamente de quatro princípios: a pré-conciliação, a ação em busca do próprio interesse, a eficácia marginal decrescente e a concorrência perfeita. De modo recíproco, a estes princípios corresponde um conjunto de pressupostos sobre a economia.

São inúmeras as passagens nas quais Shackle aborda não apenas o caráter necessário daqueles princípios, mas a concepção de economia a eles subjacente, além de apontar seus desdobramentos sob a forma de corolários que decorrem dos axiomas fundamentais e que, no conjunto,

8 *Op. cit.*, p. 106.

conformam a estrutura geral da teoria. Numa delas parte-se da matriz de insumo-produto de Leontief para analisar as operações do mercado. Qual o significado essencial da análise de Leontief? Deixa patente que a produção social pressupõe uma proporcionalidade, ainda que variável até certo ponto, entre os vários ramos, e que depende da configuração do produto, a par de condicioná-la. Mas se este é o caso, quando se trata de uma economia mercantil o mistério da efetivação da proporcionalidade torna-se irresistível, seduz a todos. A força do mistério incita a curiosidade que assim se traduz:

“A necessidade de tal análise (de Leontief) demonstra a possibilidade de um número infinitamente grande de alocações diferentes das fontes últimas da capacidade produtiva. Como se determina esta alocação? Quem aloca estes recursos, quem é que determina quais são as quantidades de quais fatores da produção que se destinarão a este ou aquele produto, e, por conseguinte, quais quantidades anuais respectivas dos diversos produtos se obterão? A alocação é levada a cabo, em uma sociedade ‘ocidental’, pelos membros dessa sociedade em seu conjunto. Porém estes indivíduos componentes têm gostos, interesses e dotações amplamente diferentes entre si. Como poderá formar-se, a partir desta diversidade, um plano de alocação? O problema da alocação é o problema da reconciliação.”⁹

Porém, numa economia mercantil a continuidade do processo de produção social significa, de uma forma ou de outra, a permanente e necessária efetivação daquelas relações de proporcionalidade. É por demais evidente que, nestas circunstâncias, “reconciliação” e produção social referem-se a um mesmo fenômeno. Entretanto, admitir a “reconciliação” como um imperativo distingue-se, definitivamente, da crença de que ela representaria um estado de alocação ótima dos recursos e satisfação máxima das necessidades e desejos dos indivíduos. Para Shackle esta

9 *Op. cit.*, p. 271.

crença, implícita na teoria do valor, constitui uma verdadeira absurdidade, residindo aí todo o problema da teoria econômica tradicional.¹⁰

Por si mesma, a constatação de que a “reconciliação” tem que ocorrer numa economia mercantil, posto que é sinônimo de produção social, não conduz necessariamente à postulação de um estado geral de otimização. Mas, de acordo com Shackle, é exatamente esta a implicação da teoria do valor. Ou seria às avessas? Da premissa da maximização resultando a teoria do valor. Ao que parece ele estaria mais inclinando a pensar que a última alternativa descreve mais adequadamente as motivações do desenvolvimento da teoria “tradicional.” para constatar isto basta examinar a sua versão da gênese da teoria do valor, a qual se tentará sintetizar em seguida.

10 O autor não coloca exatamente deste modo a questão, mas entendo que todo seu argumento converge para esta conclusão. Em última análise, para ele toda a estrutura da teoria neoclássica parece ter sido confeccionada para atender ao postulado da maximização.

A teoria neoclássica, como todas as demais,¹¹ parte do “fato” incontornável do mercado.¹² Parte das características mais imediatas pelas quais o objeto se apresenta, e não poderia proceder de outro modo. Entretanto, Shackle pergunta-se pelos aspectos do objeto—nos seus termos, dos assuntos econômicos, ou, do Esquema das coisas econômicas—que a teoria recolhe nesta inspeção. Neste plano abstrato da circulação, o que se vê são indivíduos que estabelecem contato através de uma multiplicidade de

11 É por demais sabido que *O Capital*, de Marx, também inicia lidando com as categorias da esfera da circulação. Entretanto, nunca é demais lembrar que as categorias da circulação são já resultado de uma análise, como Marx assinalou em suas indicações sobre o método da Economia Política, as quais merecem ser reproduzidas aqui porque, como se verá posteriormente, derivam de uma perspectiva sobre os processos científicos radicalmente distinta da de Shackle.

“Parece justo começar pelo real e pelo concreto, pelo suposto efetivo; assim, por exemplo, na economia, pela população, que é sua base e o sujeito do ato social da produção em seu conjunto. Entretanto, se se examina com maior atenção, isto se revela (como) falso. A população é uma abstração se deixo de lado, p. ex., as classes de que se compõe... Se começasse, pois, pela população, teria uma representação caótica do conjunto e, precisando cada vez mais, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples: do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais sutis até alcançar as determinações mais simples. Chegando a este ponto, haveria que empreender a viagem de retorno, até dar de novo com a população, porém desta vez não teria uma representação caótica de um conjunto, senão uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações. O primeiro caminho é o que seguiu historicamente a economia política nascente. Os economistas do século XVII, p. ex., começam sempre pelo todo vivente, a população, a nação, o estado, vários estados etc; porém terminam sempre por descobrir, mediante a análise, um certo número de relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. Uma vez que esses momentos foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram (a surgir) os sistemas econômicos que se elevaram desde o simples—trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca—até o estado, a troca entre nações, o mercado mundial. Este último é, manifestamente, o método científico correto. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o verdadeiro ponto de partida, e, em consequência, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro caminho, a representação plena é volatizada em uma determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pelo caminho do pensamento.” MARX, Karl. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858**. México, Siglo XXI, 1987, p. 21.

atos de troca. Da qual são os pressupostos, em primeiro lugar, os indivíduos. Segundo, e por consequência, os dotes subjetivos e objetivos destes mesmos indivíduos. Uns definem os indivíduos como sujeitos mobilizados para a troca, já que seus dotes subjetivos—desejos, preferências, caprichos, necessidades etc—respondem pelo impulso a trocar. Outros condicionam sua possibilidade de trocar, pois só troca aquele que é titular de algo trocável. A fotografia de todo ato de troca revela estes seus pressupostos objetivos. Nada tem a se opor Shackle a estes aspectos do intercâmbio, a respeito dos quais impera a mais absoluta unanimidade. Mas deles a teoria “tradicional” deriva outros pressupostos inteiramente injustificáveis do ponto de vista de Shackle.

Talvez não se possa hierarquizar tais pressupostos, na medida em que parecem determinar-se reciprocamente. Noções como equilíbrio, conduta racional, utilidade marginal decrescente e produtividade marginal decrescente dos fatores exibem a peculiaridade de se apresentarem como se resultassem umas das outras, independente da ordem que se as considere. Todavia, as coisas não se passam desta forma. Claramente, todas elas são subsidiárias da noção equilíbrio. E isto não é difícil de entender quando se retoma a questão da “reconciliação” tratada acima. Pois, se por

Tradução do autor.

- 12 Ainda que, à semelhança de inúmeros autores, Shackle se compraza em confundir o juízo (ou seja, o atribuir valor), que é pressuposto de todo agir intencional, com o valor que surge no processo de troca, termina por reconhecer que “o valor surge da possibilidade de troca. Enquanto não se pode ter uma coisa ‘em vez de outra’, não surge a pergunta de qual quantidade de uma é equivalente a uma determinada quantidade da outra... Por isso o ‘valor’ ocupa um lugar tão central naquelas teorias da conduta que falam de ‘liberdade’ e de ‘escolha’.” Não importa aqui analisar a contradição que consiste em, primeiro, reconhecer a objetividade do valor para, em seguida, sugerir sutilmente que as teorias se ocupam com algo indevido, quando tematizam o valor. Basta somente assinalar que mesmo de forma mitigada o autor tem presente que o valor ingressa na teoria em função de sua objetividade no processo de troca. *Ibid.*, p. 130.

alguma razão somos levados a crer que esta “reconciliação” pode coincidir com uma situação ótima, dados os dotes subjetivos e objetivos dos indivíduos envolvidos na troca, as perguntas óbvias que decorreriam desta presumida possibilidade seriam:

“Quais são as condições que têm que cumprir-se, se queremos afirmar que se realizou idealmente a alocação dos meios de produção de uma sociedade, quando estes estão em poder dos membros da sociedade de acordo com uma ordem determinada? Qual é o Esquema de coisas fundamental que deve dar-se por hipótese para que seja logicamente possível tal execução ideal da alocação? Exatamente, qual terá que ser a operação que levará a cabo idealmente a alocação dentro deste predicamento fundamental?”¹³

Assim, supor que o sistema de troca, a economia mercantil, pode alcançar um estado de equilíbrio requer o cometimento, assumido pela teoria do valor, de investigar as condições que devem estar presentes para que tal estado possa existir. Evidentemente, falar em estado de equilíbrio envolve já uma tautologia, pois não havendo equilíbrio somente se pode falar de sucessão de estados—em processualidade, por tanto. De tal modo que, quando a questão é saber o que se passa num estado de equilíbrio, fica desde logo excluída a possibilidade de existência de forças capazes de deslocar a economia deste estado. Ainda do terreno das redundâncias, dada a ausência de forças que possam arrastar o estado da imobilidade que o define, extrai-se a legítima conclusão de que tanto os indivíduos satisfizeram do melhor modo possível seus desejos como, igualmente, a alocação resultante dos recursos produtivos foi a mais eficiente possível. Não fosse assim, os indivíduos, que são a “força” da economia com suas condutas e,

13 SHACKLE, G. L. S. **Epistemica y Economía**. F. C. Econ. México, 1976, p. 272.

ademais, titulares de desejos e fatores de produção, desestabilizariam a estabilidade, promovendo, desse modo, a estabilidade de tal como deve ser.¹⁴

Resulta, portanto, da própria existência do estado de equilíbrio, seja a máxima satisfação dos indivíduos como consumidores, seja o emprego mais produtivo de seus recursos.¹⁵ neste caso, encarando a questão primeiramente do ponto de vista do consumo, e levando-se em conta que qualquer coisa consumida envolveu uma troca—ou o indivíduo consome algo que obteve pela troca, ou consome algo que já possuía, e ainda assim troca, vale dizer, o consumo pela troca—, então, dizia-se, visto o processo sob o ângulo do consumo, a satisfação máxima somente pode ocorrer quando o sistema de preços for a expressão das preferências do conjunto de indivíduos, dadas suas dotações, e para cujo resultado contribui a utilidade marginal decrescente, característica natural do humano,¹⁶ e do orgânico de modo geral, se poderia acrescentar, que faz com que a intensidade das necessidades, dos desejos, e até mesmo dos caprichos, apresente um contínuo e progressivo declínio na medida em que aquelas vão sendo atendidas. Porém, este sistema de preços nada mais é do que a expressão do valor que o conjunto de indivíduos atribui à massa de coisas processadas pela troca. Do lado dos recursos a teoria do valor funciona de

14 Depreende-se daqui, portanto, que a noção de estabilidade envolve um princípio que assim poder-se-ia enunciar: a desestabilidade estabiliza. Vai-se ver adiante que Shackle, invertendo o sinal, defende a posição de que a estabilidade desestabiliza.

15 É desnecessário aqui desmembrar, como faz a teoria, os agentes da economia entre consumidores (indivíduos) e empresas (contratantes dos recursos produtivos), esta entificação do capital externa aos indivíduos. Em outro contexto talvez fosse interessante tratar desta questão como expressão teórica exacerbada do estranhamento das relações sociais sob o capital, tematizado por Marx.

16 Que o oposto seja o que realmente ocorre, posto que dos seres orgânicos o único capaz de acumular é o homem, não vem ao caso neste momento.

maneira análoga. Apenas introduz uma distinção na medida em que sua troca não é motivada pelo consumo, mas pelo seu poder de autocriação. Como, entretanto, este atributo possui os recursos de forma desigual, além de o ter, por infelizes circunstâncias, marginalmente decrescente, o sistema de preços a eles correspondente deverá ser tal de modo a refletir suas produtividades marginais. Retornando-se à nomenclatura de Shackle, na “reconciliação” correspondente ao estado de equilíbrio, o sistema de preços, ou as proporções segundo as quais todos os objetos (tangíveis e intangíveis) se trocam, representa a consolidação dos juízos de todos os indivíduos quanto ao valor (utilidade) dos objetos, condicionada pelas produtividades marginais¹⁷ destes últimos e sancionada pelas preferências dos indivíduos.

Evidentemente, na análise de Shackle a recíproca implicação da teoria do valor e da noção de equilíbrio é abordada sob muitos outros aspectos. Mas aqui interessa, sobretudo, isolar, dentre os elementos constitutivos da teoria, aquele sobre o qual a crítica está centrada. Aquele aspecto sem o qual a teoria não subsiste. Por isso procurou-se acima, em lugar de reproduzir integralmente a crítica, enfatizar que ela concentra-se fundamentalmente na demonstração da interdependência que existe entre a noção de equilíbrio e a teoria do valor. Poder-se-ia mesmo dizer que há uma identidade entre as duas. E se a crítica concentra-se neste aspecto há, para tanto, uma razão: para Shackle esta identidade somente se torna possível num mundo intemporal. Mas antes de considerar este problema, ou para introduzi-lo, é interessante apreciar a avaliação de Shackle sobre as realizações do que denomina construção-valor:

17 A produtividade marginal dos objetos consumíveis designa, no caso, a sua capacidade, decrescente, de satisfazer os apetites.

“A palavra equilíbrio resume o significado das teorias analíticas. O equilíbrio é a expressão e o resultado de uma racionalidade sem travas... A conduta racional é aquela que, demonstravelmente, é a que mais convém ao indivíduo de acordo com suas circunstâncias.. A razão aplicada à circunstância, na busca do próprio interesse, é uma fórmula convincente... O método analítico encerrado na teoria do valor, com sua ideia central do equilíbrio, dá resposta a perguntas que durante todos os séculos anteriores não puderam encontrar resposta (sic!). Explicar como se reparte o produto total da sociedade, medido por seu valor de mercado (quer dizer, publicamente acordado), entre aqueles que contribuem para formá-lo, combinando tão só as duas noções de produto marginal e concorrência perfeita é uma façanha copernicana. A renda, os salários, os juros, tão ostensivamente diferentes como as cores do espectro visível, se unificam todos mediante uma concepção que tem quase a simplicidade da lei do quadrado inverso...”¹⁸

A beleza, a simplicidade e, sobretudo, a capacidade de explicar “tudo de um só golpe,” constituem qualidades inegáveis da construção-valor. Mas por elas, teve que pagar um elevado tributo. Para Shackle, esses apreciáveis atributos somente pode adquirir-los a teoria do valor pela temerária abstração do tempo. Em outras palavras, para ele a teoria do valor representa a concepção de um “esquema das coisas” intemporal, porque tem por condição não apenas a “reconciliação” das condutas dos indivíduos, mas a sua “pré-reconciliação”. No afã de “tudo explicar de um só golpe” fez caso omissivo do tempo, e termina por nada explicar. Vale a pena seguir os passos da crítica.

Recorde-se que a teoria do valor estruturou-se, conforme foi indicado, valendo-se exclusivamente das categorias da esfera da circulação, do mercado. Armou-se, de fia a pavo, sem arredar pé do mercado. Da mesma

18 *Op. cit.*, pp. 75-76. Vale assinalar, marginalmente, que novamente o valor enquanto conceito que homogeneiza coisas ostensivamente distintas aparece como inventado pela razão, em lugar de corresponder a um processo social objetivo de homogeneização.

forma, a crítica de Shackle circunscreve-se a esta esfera e, por conseguinte, trabalha com as categorias a ela pertinentes: os indivíduos com suas dotações objetivas e subjetivas (indeterminadas, tanto umas quanto outras), seus interesses (idem) e, principalmente, sua razão suficiente. Esta última assumindo o encargo de orientar a conduta na direção dos interesses, e sob a restrição das dotações. Portanto, sublinha Shackle, é a conduta racional, atributo notável de todos os indivíduos, que responde pelo equilíbrio da construção-valor. Pois é este dispositivo da mente humana aquele que, solteiro, permite aos indivíduos partícipes do “mundo dos negócios” escolherem a conduta mais apropriada para a consecução de seus interesses-objetivos, dados os dotes, por suposto.

Assim, dado o papel transcendente que cumpre a conduta racional no atingimento do equilíbrio, não é de estranhar que Shackle se ponha a perguntar pelas condições objetivas de tal conduta. Pois se neste “mundo dos negócios” estão envolvidos indivíduos com dotações diferenciais de recursos, com insondáveis e, provavelmente, antagônicos desejos, quais as pré-condições para que a todo e qualquer indivíduo esteja aberta a possibilidade de escolher, não uma qualquer conduta, mas a conduta que lhe permita extrair o máximo proveito das circunstâncias—a conduta racional? Ademais, não basta que existam as condições que possibilitam a escolha da conduta racional. Além disso, é necessário perguntar se elas se apresentam de forma tal a serem incondicional e obrigatoriamente escolhidas pelos indivíduos. Quer dizer, a conduta racional pode ser escolhida e tem que ser escolhida. Da análise, minuciosa das condições da conduta racional realizada por Shackle, interessa destacar os seguintes aspectos:

— Intemporalidade intrínseca de cada conduta racional:

- Como a conduta racional é a que mais convém ao indivíduo em vista suas circunstancias, a demonstração de sua superioridade, em relação às outras condutas possíveis, está condicionada ao conhecimento daquelas circunstancias. Porém, as circunstancias imediatas parecem ser as únicas cognoscíveis. As futuras, por inobserváveis, caem fora do campo do conhecimento, já que, segundo o autor, sua cognoscibilidade dependeria da tácita admissão de que haveria uma implicação rígida do futuro pelo passado, da qual alega não haver provas. Além do mais, tal admissão entraria em contradição com o que denomina noção de “escolha originativa,” querendo com isto significar que o agir humano cria um futuro com novas configurações. Conclui, portanto, desta inspeção da conduta racional, que ela, por ser incapaz de conhecer suas circunstancias, está circunscrita a um mundo intemporal ou a um mundo momentâneo.¹⁹ Apenas em tal mundo seria factível conhecer todas as circunstancias, presentes e “futuras,” de modo a comprovar a superioridade relativa da conduta racional.
- Intemporalidade intrínseca do conjunto das condutas racionais:
 - adicione-se aos problemas da conduta racional isoladamente considerada, vistos acima, o fato inarredável de que dentre as circunstancias que condicionam uma determinada conduta incluem-se as condutas de outros indivíduos. Portanto, *“para que cada pessoa possa escolher sua conduta com um conhecimento efetivo das escolhas contemporâneas de outras, tem que existir uma pré-reconciliação de todas as escolhas mediante uma declaração e reunião das intenções condicionais. O equilíbrio é a prescrição da conduta de cada pessoa de acordo com suas próprias preferências assim declaradas, que surge daquela reunião como solução, se tal existe.”* Assim as condutas racionais em seu conjunto aludem, igualmente, a uma pré-reconciliação das escolhas individuais,

19 *Op. cit.*, p. 75.

as quais, por sua vez, somente são “exequíveis” num mundo intemporal ou momentâneo.²⁰

Partindo da construção-valor sobre a qual se assenta a teoria econômica “tradicional”, a crítica shackliana, cujo percurso procurou-se reproduzir, acaba por demonstrar que todo o edifício configura um mundo intemporal. Mas quais as consequências, se as há, de uma teoria que se pretende representação do “mundo dos negócios” mas do qual, todavia, abstrai o tempo? Se o “mundo dos negócios” é povoado por indivíduos livres, no estrito sentido de que podem escolher a conduta que melhor lhes aprouver, dadas suas dotações subjetivas e objetivas, como se pode fazer abstração do tempo? Mas admitir o tempo como uma dimensão ineliminável do “mundo dos negócios” sugere outras questões, talvez mais instigantes. Pois se a liberdade de escolher propiciada pelo “mundo dos negócios” é sinônimo de conduta e esta, por sua vez, pressupõe o tempo, então, o tempo exclui a razão? É preciso reconhecer que resta um dilema, sem exagero, terrível: ou se fica com a conduta racional num mundo sem tempo, ou se fica num mundo com tempo sem conduta racional. Na resposta a esta última indagação, afirmativa, aliás, Shackle contrapõe ao “mundo dos negócios” intemporal da teoria tradicional a sua concepção caleidoscópica daquele mundo, do mundo (da desrazão?). Este o próximo tema a tratar.

2. O Tempo Redescoberto?

Como se viu, ao longo de sua obra Shackle retoma recorrentemente a questão do tempo, ou melhor, a ausência dele na teoria neoclássica. O

²⁰ *Op. cit.*, p. 76.

equilíbrio tem por condição a conduta racional. A conduta racional tem por pressuposto uma “razão plenamente informada.” a “razão plenamente informada” tem por premissa a intemporalidade.²³ se, portanto, a teoria “tradicional” resolve-se na equação equilíbrio-razão-certeza (conhecimento completo)—intemporalidade, outra menos “tradicional,” e que inclua o tempo, dentre outras dimensões do mundo, resolve-se, evidente, na equação tempo-incerteza-(desrazão)-desequilíbrio. Compreende-se, então, porque o “mundo dos negócios” shackliano, por ser o palco de ações que se desenrolam no tempo, tem que ser um mundo onde as condutas veem-se desorientadas e confusas pela incerteza.

Sendo estas as circunstancias, fica naturalmente a interrogante: quais devem ser as características da teoria econômica que pretenda dar conta do “mundo dos negócios”? Infelizmente é da natureza das ciências que a resposta a estas questões reponha outras duas, mais embaraçosas. Que concepção de mundo está implícita na teoria? E, que concepção sobre o conhecimento do mundo contém-se, releve-se a repetição, naquela concepção de mundo? Na resposta à primeira as outras estão implicadas, explícita ou implicitamente.

No que toca às motivações deste trabalho, importa saber, sobretudo, quais são as concepções de mundo e de razão subjacentes à teoria que Shackle contrapõe à teoria “tradicional.” Portanto, seria desnecessário, se fosse possível, fazer uma síntese ainda que sumaríssima de tal teoria. E quando se usa o condicional há para tanto motivos de sobra. Pois como pretender sacar uma síntese baseada nos escritos do autor, quando o próprio anuncia, referindo-se ao “método caleidoscópico,” que *“estou fazendo uma sugestão que possui um caráter evidentemente especulativo”*?²¹

21 *Op. cit.*, p. 453.

Assim, talvez não seja fatal nem ilícito contentar-se em reunir algumas indicações que o autor fornece acerca das peculiaridades do método que propõe. Com este procedimento parece ser possível derivar do método o esboço da correspondente teoria, vale dizer, da razão que admite e pressupõe. E, ademais, conhecer ao menos os contornos do que viriam a ser a economia e a sociedade “caleidoscópica.”

No que diz respeito ao “*método kaléidico*” está fora de disputa o fato de quem o inaugura, na avaliação de Shackle, é Keynes, conforme fica manifesto na seguinte passagem:

“Que méritos pode reclamar para si o método caleidoscópico, e como poderemos dar, da melhor maneira, uma formulação precisa ao experimento instintivo inconsciente que nos apresenta a ‘*General Theory*?’”²²

Aparece com Keynes, não importa se inconscientemente, como alternativa ao método da economia da racionalidade organizada, do equilíbrio, da pré-reconciliação, da construção-valor, insustentável diante do desmoronamento da era vitoriana. Este método da “*razão em pleno controle havia sido uma defraudação da verdade nos primeiros anos da década de 1930...*”. Por contraste, o *método kaléidico* instaura-se pela via do explícito reconhecimento de que a razão está sempre às voltas com as incertezas inerentes ao “esquema das coisas.” Por suposto, tal razão pode perfeitamente cumprir o papel, e será, com certeza, convocada a fazê-lo, de minimizar ao máximo a influência destes imponderáveis no curso dos eventos. Jamais, no entanto, irá presumir que está ao alcance aboli-los. Nunca acalentará a fantasia delirante de suprimir a incerteza imanente aos

22 *Op. cit.*, p. 452.

"*assuntos humanos.*" Tal atitude torna o método caleidoscópico mais "realista" que a teoria do valor. Nem por isso se vê compelido a abrir mão das aquisições do "equilíbrio parcial." Em consequência, é capaz de propiciar descrições "*das posições de equilíbrio para a sociedade econômica em seu conjunto, que diferem daquelas da construção-valor na medida em que não são ótimas, mas simplesmente posições que não contem dentro de sua estrutura uma fonte imediata de movimento.*" Trabalha, portanto, com uma noção distinta de equilíbrio, posto que além de não serem ótimos, os "equilíbrio" são extremamente sensíveis a expectativas conflitantes dos agentes, produtos, estas últimas, da incerteza intrínseca da sociedade econômica.²³

Evidentemente, por lidar com uma noção tão volátil de "equilíbrio," obriga-se o *método kaléidico* a ultrapassar a mera descrição. Pois há de se convir que se a tanto se limitasse, mais estaria para um sistema de sinalização a indicar, neuroticamente, a iminência da tragédia. Deve estar apto, por isso, para fornecer indicações sobre "*o caráter dos movimentos desintegrativos*" próprios daquele "equilíbrio;" para sugerir qual o sentido, a frequência e a amplitude prováveis das alterações nas variáveis pertinentes; e para discernir as forças latentes, e suas potências relativas, prontas a romper com o "equilíbrio."²⁴ Na opinião de Shackle, este método para responder as exigências da prática poderia (ou, antes, deveria?):

"... oferecer-nos compreensões diacrônicas de índole muito tentativa, modestas e a curto prazo que não tratassem de mostrar o que deve ocorrer, senão qual é a amplitude da diversidade dos desenvolvimentos imediatos de que são capazes as diversas situações... O equilíbrio caleidoscópico é o ajuste recíproco daquelas coisas (variáveis) que estão sujeitas ao controle dos homens de negócio, mas sobretudo, um ajuste das mesmas às

23 *Op. cit.*, pp. 452-3.

24 *Op. cit.*, p. 453.

crenças e expectativas (que, de nenhuma maneira, se podem considerar como mutuamente consistentes entre diferentes pessoas) acerca de coisas que não estão sujeitas ao controle individual ou coletivo dos homens de negócio.”²⁵

Pouco a pouco vão-se delineando as características da teoria econômica de orientação *kaléidica*. E como os “assuntos econômicos da sociedade” parecem comportar tão bem as analogias náuticas, sobretudo em uma sociedade com tantos “desembarcados,” como a nossa, talvez seja útil para ilustrar os condicionantes do programa da teoria econômica *kaléidica* este comentário de Shackle:

“Podem ser comparados (os assuntos econômicos) com um barco num mar tempestuoso e agitado. Certamente, o barco mesmo possui unidade de estrutura, porém o que lhe ocorre será resultado não só de seu desenho... senão das normas de procedimento, do treinamento e o conhecimento local da tripulação, e da conduta das vastas forças do ambiente: as borrascas e marejadas da política, a diplomacia, a tecnologia, a moda e os transtornos sociais. Podemos obter conhecimento acerca de como responderá o barco econômico a esta ou aquela mudança das forças circundantes; o que não podemos confiar em chegar a conhecer é quais haverão de ser tais mudanças.”²⁶

Em suma, explicita Shackle, a teoria econômica *kaléidica*, agora consciente dos ardis que o tempo arma contra a razão, consistiria na adoção do método implícito na *General Theory*, de Keynes. Por conseguinte, equivaleria a uma operação de resgate da ortodoxia de Keynes nas falsificações do seu pensamento ocorridas após a sua morte, e nas quais

25 *Op. cit.*, p. 454.

26 *Op. cit.*, p. 454.

suas ideias teriam sido aprisionadas pelo mundo intemporal.²⁷ Certamente, este não é o lugar para explorar todas as particularidades de tal teoria. Mas não se pode deixar ao menos de assinalar o papel especial que reserva para o dinheiro. Sempre segundo o autor resenhado, o dinheiro, que na construção-valor é um mero meio para o conseguimento da “concertação” dos interesses, na teoria kaléidica, muito pelo contrário, é a expressão da incerteza que impera na sociedade kaléidica—melhor dizer, é seu produto.²⁸ Porque “uma economia que utiliza dinheiro é aquela que reconhece a insuficiência permanente dos dados para a escolha racional. Pois o dinheiro é o meio através do qual se pode adiar a escolha até que se apresente um momento melhor informado posterior” que, por isso mesmo jamais ocorrerá, aduza-se. Mas, sendo o dinheiro “a encarnação mais pura da liquidez,” atesta-se sua relevância para a teoria kaléidica quando se recorda que, para Keynes, a palavra liquidez “era um fio indispensável e fundamental num argumento que terminava rechaçando a pretensão de que a conduta econômica fosse capaz de racionalidade.” nesta noção, portanto, reside o núcleo da “postura niilista de Keynes,” quer dizer, de sua “visão última, o discernimento, do caótico do mundo dos negócios.”²⁹

27 *Op. cit.*, p 454.

28 “Não é mero acidente o fato de que um livro que começou como *Treatise of Money* se convertesse na origem da teoria da ocupação... da reprodução em seu conjunto. Pois o dinheiro, traço familiar, onipresente e indispensável de nossa sociedade econômica, não pode ter qualquer relação com a construção racional intemporal do valor. O dinheiro... é um bem... uma maneira de armazenar riqueza, de preservá-la e de transmiti-la através do tempo... coisa cuja desejabilidade, por quaisquer que possam ser os canais psíquicos pelos quais corra, brota em última instância da mera convenção da intercambialidade. Ninguém iria querer o dinheiro, se não se confiasse na possibilidade de trocá-lo por coisas que podem ser comidas, queimadas..., vestidas... é um mero aglomerado de tais coisas. E esta coisa não pode ocupar um lugar na construção-valor.” *Op. cit.*, p. 254.

29 *Op. cit.*, pp. 181-2. Muitas das descobertas da teoria “kaléidica” enfatizadas por Shackle como, por exemplo, sobre a natureza do dinheiro, não podem deixar de evocar o fenômeno, nada incomum em todas as ciências, de cientistas que reivindicam a descoberta

Alinhavada a natureza específica da teoria econômica kaléidica, delimitado o campo restrito em que se pode esperar que opere licitamente, e registrado que supre antigas fórmulas com novos conteúdos, tudo isso admitindo que as formulações de Shackle foram aqui captadas corretamente, então é hora de perguntar pelas características da sociedade kaléidica pressupostas pela teoria.

Esta empresa fica facilitada na mediada em que Shackle se permite especular sobre as características de uma tal sociedade. Na verdade, isto é-lhe facilitado uma vez que sua análise já o levava a reconhecer, ainda que formulando-o de outro modo, a natureza teleológica do agir humano. Em última análise, nesta característica absolutamente singular do ser humano baseou sua crítica à teoria “tradicional,” na qual prevalece a ideia de pré-reconciliação, e contrabando, vale dizer, a importação ilícita, dela decorrente, dos métodos das ciências da natureza. Pois como poderiam tais métodos adequar-se à investigação dos assuntos humanos, sobre os quais versa a teoria econômica, se nestes o que tem vigência é a “essencialmente indeterminável (...) conduta originativa, escorrediça e perpetuamente dissolvente dos ‘pensamentos’.”³⁰

de uma lei a cuja formulação chegaram simultânea e independentemente. A ciência econômica, pensando em Marx, talvez seja a única que apresenta a particularidade de não requerer, para admitir a paternidade da descoberta, a simultaneidade. Pena que não se possa explorar aqui este curioso fenômeno.

30 *Op. cit.*, p. 96. Para colocar em termos mais apropriados, quer aqui o autor referir-se à natureza intrinsecamente ontológica do juízo no agir teleológico, da qual depende, por sua vez, o caráter ontologicamente processual do mundo humano. Pois se o agir teleológico pressupõe uma finalidade anteposta, isto equivale a dizer que presume um juízo (um “pensamento” sobre as finalidades). Cabe consignar que tanto aqui, como na perspectiva ontológica que em geral se procura imprimir a este ensaio, inspira-se na obra de G. Lukács, *A Ontologia do Ser Social*.

A que tipo de sociedade dão origem, portanto, estas “condutas originativas”? Em vistas das dificuldades, acima apontadas, “com que tropeça a ortodoxia da ciência natural quando ingressa no campo da economia,” Shackle se sente à vontade para “representar a cena dos negócios e dos que participam nela como se montassem uma concorrência de orientações rivais, ambições rivais, explorações rivais do mundo.” Resulta do caráter conflitivo das “orientações” uma completa indeterminação das configurações do mundo que conformariam. Tanto podem ocorrer situações de relativa tranquilidade e prosperidade, como bruscas e caóticas rupturas e paralisações:

“Será uma sociedade caleidoscópica, combinando seus momentos ou intervalos de ordem, segurança e beleza com uma repentina desintegração e um precipitar-se em cascata até adquirir uma nova estrutura. Tal explicação do processo político-econômico, em diversas épocas ou no transcurso de várias idades histórica ... As orientações rivais, na forma pura de cada uma delas, se pudéssemos conceber que uma ou outra se realizaria perfeitamente, definiriam a fronteira de todas as situações possíveis, ou transformações de situações, através das quais a sociedade poderia passar... O êxito parcial ou problemático de várias delas conduziria a rotas interiores dentro desta fronteira, ou à perda transitória de um sentido de direção. Tal perda de direção, no aspecto econômico dos assuntos humanos, poderia consistir numa depressão catastrófica ou numa inflação incontrolável e na destruição da moeda e da confiança da sociedade... O enfoque caleidoscópico, propõe considerar tais assuntos como compreendidos entre fronteiras em cujo interior há uma rica multiplicidade de rivalidade e indeterminação... Ao menos, tal esquema não nos incitará a ver a história emergente como se estivesse implícita em seu próprio passado, nem tampouco como única, objetiva, manifesta e pública.”³¹

31 *Op. cit.*, pp. 96-101. E quanto aos processos que determinam o sentido do movimento da sociedade: “O curso dos negócios, o curso da história em geral, estará constituído pelos esforços que tendam a levar a cabo as intenções das políticas que estejam vigentes; pelo

Sem dúvida, inúmeras outras passagens do livro de Shackle serviriam para iluminar outros tantos planos da sociedade “caleidoscópica.” Porém, os já visualizados parecem suficientes para se julgar se o autor cumpre a promessa inscrita, embora implícita, em seu programa de crítica à teoria tradicional: o resgate do tempo—ponto de honra da teoria econômica “caleidoscópica.”

3. A conduta: teleológica... *ma non troppo*

Sendo estes o método, a teoria e a sociedade kaléidicas, subsiste a interrogação. Redescobre-se o tempo? Restitui-se ao mundo humano sua dimensão temporal que dele a teoria “tradicional,” supostamente, subtraía com sutileza?³²

arrebatamento do ascendente a um grupo de interesses por parte de outro e a substituição das políticas do primeiro pelas do último; e a originação de novas políticas por parte de qualquer interesse ou indivíduo, independentemente de que possa ou não pôr imediatamente em prática suas ideias. A fonte de toda esta corrente de história serão as ideias...,” p. 99.

- 32 Haveria que examinar, para o que não se tem espaço neste texto, se de fato há uma subtração do tempo por parte da teoria neoclássica, ao menos nos termos em que Shackle a entende. Afinal, ninguém ignora que Walras, por exemplo, divide a teoria econômica, entre outras, naquela parte que estuda a “mecânica dos interesses particulares dos indivíduos,” para reconhecer as leis gerais que regem este mecanismo social, mas, deixa indicado explicitamente, que o conhecimento destas leis se justifica na medida em que, na outra parte da teoria econômica que tematiza as finalidades essenciais da humanidade, possibilita que os homens, entendendo o funcionamento do mecanismo, possam empregá-lo com mais eficiência na consecução de sua felicidade. Mesmo sem concordar com suas concepções de mundo, é preciso reconhecer que sua teoria não exclui o agir humano interessado, que percebe, ao seu modo, esta dimensão ontológica do ser social. Talvez porque naquela época o “mundo ainda fosse objetivo,” tornava-se impossível negá-lo mesmo para aqueles cuja teoria implicitamente o fizesse. Daí pode ter surgido a necessidade de dividir o mundo humano em duas partes: a parte objetiva correspondente ao mecanismo da economia; e a parte subjetiva, assunto para a ética. Mas esta é outra história.

Inicia-se pela sociedade kaléidica, ou melhor, pela economia. O que é esta economia? Não há quem não tenha percebido que a economia é o mundo dos negócios. E quem povoa este mundo dos negócios? Velhos conhecidos, personagens ancestrais das histórias da teoria econômica. Indivíduos isolados portadores de dotações objetivas e subjetivas, que vendem e que compram, que consomem e empresariam, ainda que dos últimos não seja grande o número. E com estes indivíduos se faz a sociedade kaléidica. Claro que designar esta aglomeração de abstratos sujeitos de sociedade é mera licença poética, pois assim entendidos o máximo que lhes é dado a formar é um sistema de indivíduos, em relação ao qual sempre preexistem, por mais que nele entrem e saiam.

Nada há a se objetar a estas concepções de economia e sociedade. Afinal, são as únicas possíveis quando as categorias com as quais se labora são aquelas do mercado, da esfera da circulação.³⁵ O que se quer consignar, isto sim, é que a teoria kaléidica, neste particular, não se distingue em absolutamente nada da teoria “tradicional.” Posiciona-se no mercado para dali, e com as categorias que assim consegue recolher, derivar relações, processos, tendências etc, que, kaleidicamente, perfazem a teoria e, a par disso, conformam uma concepção de economia e de sociedade. Não foi a primeira vez, nem será a última, que uma teoria emprega este procedimento. Muitas vezes, dados os objetivos da teoria, isto sequer compromete sua eficácia.³³

33 LUKÁCS, G. **Ontologia dell' Essere Sociale**. Roma: Edittori Riuniti, 1976, p. 36: “A história exhibe uma infinidade de exemplos de falsas teorias que, em contextos restritos, conduziram na praxis imediata a resultados corretos e importantes. Apenas para citar de passagem o nexo ideológico entre o trabalho primitivo e a ‘teoria’ mágica, cujos efeitos se fizeram sentir profundamente na praxis medieval, bastará recordar o sistema ptolomaico, que por longo tempo após ter-se mostrado cientificamente falso, continuou funcionando, todavia, quase impecavelmente no âmbito da prática (navegação, calendário etc).” Tradução do autor.

Assim, em sua construção a teoria kaléidica lança mão das mesmas categorias da teoria “tradicional.” Significa dizer, assimila todos os axiomas fundamentais desta última, ou, o que dá na mesma, compartilha com ela a mesma concepção dos “assuntos humanos e econômicos.” Portanto, parece incrível que a teoria kaléidica possa ainda reivindicar, nestas circunstâncias, a anulação de quaisquer laços de parentesco que porventura subsistam entre as duas. A menos, é claro, que uma única diferença venha a ser a responsável pela dissolução da família. Pois, de diferenças remanescentes, mais não se tem do que as questões relacionadas à conduta.

E em que residia esta diferença? Em síntese, no relaxamento do postulado do equilíbrio ótimo. Sem ela ficam as condutas liberadas da sufocante responsabilidade de serem, tanto cada qual, como no conjunto, as melhores. Antes, para ser racional a conduta devia ser plenamente informada, munir-se de todos os fatos do mundo, com o que, requeria um mundo completo, acabado—intemporal. Agora, sabedoras que o mundo tem tempo, e que tempo é inacabamento, cômicas, por isso, da vacuidade do desejo de conhecer o que em si é um vir-a-ser, da pretensão de superioridade, contentam-se as condutas a reunir o máximo possível de fatos, impressões etc, cambiantes que o mundo dos negócios propicia para, usando os dotes da razão, orientar-se até o futuro próximo. Delimitado o campo pertinente para a razão—o mundo da “sucessão rápida e cambiante de impressões e sensações,”³⁴ caleidoscópico—, qualifica-se está para orientar as condutas com mais eficácia.

Portanto, toda a crítica de Shackle centra-se na suposta oposição entre teleologia e razão. O agir teleológico produz o mundo e imprime neste o

34 FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

caráter de processualidade. Processualidade é sinônimo de futuro. Com isso o agir humano cinde o mundo em duas partes, desde a perspectiva da razão. Vistos desde a posição da razão, há um trânsito contínuo de fatos a ligar os dois mundos: o composto pelos fatos do passado e do presente, e o constituído pelos fatos do futuro. Infelizmente, aqui a via é de mão única, e apenas ao fatos do futuro é permitido ingressar no mundo translúcido do presente, mas, ultrapassada a fronteira, transformam-se instantaneamente em objetos deste mundo. Por isso, não trazem qualquer vestígio do mundo opaco de onde se originaram, vestígios estes que, examinados pelos sofisticados mecanismos da razão, pudessem provê-la de indícios das formas de vida no outro mundo, no mundo do futuro.

Compreendida deste modo, a praxis humana, que requer o conhecimento (a operação da razão, do juízo sobre o mundo circundante, o natural e o humano), que o pressupõe, a par de produzi-lo, não pode senão circunscrever-se ao mundo da prática imediata, ao mundo intemporal, ainda que extremamente dinâmico, da configuração posta pela “existência real,” da *forma* de vida humana fixada como natureza. Das relações mercantis como desfecho de uma história de relações sociais. Em suma, o desenrolar da praxis social concebido num mundo do qual se suprimiu o tempo histórico tempo. Neste sentido, por mais radicais que sejam as diferenças entre a teoria “tradicional” e a keynesiana (ao menos em sua versão shackliana); por mais fundamentais que sejam, ainda, as vantagens desta última ao nível da prática imediata requerida pelo “mundo dos negócios;” a despeito, portanto, destas distinções, no plano ontológico desembocam as duas teorias numa concepção. Por operarem a mesma substantivação

formal resultam imateriais, neste plano, o fato de se utilizarem técnicas distintas “de aproximação do objeto ou de construção do conceito.”³⁵

4. Razão e Tempo: Equação Impossível?

Se o derradeiro esforço da razão, o de Shackle, para resgatar o tempo acaba por aprisioná-la num mundo caleidoscópico (incerto) mas, igualmente, destituído de tempo, seria o caso de arquivar de vez este projeto salvacionista? Sem dúvida, este o conteúdo das propostas de Shackle. Pois na ausência de qualquer realidade ou, o que dá na mesma, dada a incognoscibilidade do real, para ele, como se viu, sutilmente confundida com a sua inexauribilidade pelo conhecimento, resta à razão contentar-se com a “existência real,” intemporal, e na qual a “verdade é plural.” Sem história, todas as razões são verdadeiras e, quem sabe, a academia é o parlamento em que as verdades se representam.

“A ciência sempre postulou que há uma verdade que se pode encontrar. A verdade é única. Porém para ser única tem que ser completa, pois de outra maneira, existiria liberdade de completá-la de muitas maneiras diferentes. Porém não há maneira de saber se alguma vez chegaremos à verdadeira inteira. Em termos humanos, a verdade tem que ser algo adaptado à capacidade e à natureza da mente. Porém existe alguma presunção de que a verdade ‘objetiva’ e uma verdade que se possa conceber humanamente, possam ser postas lado a lado e identificar-se uma com a outra?... Se a verdade única e completa, por conseguinte, deve evadir-nos eternamente, há razão e necessidade para aceitar outras maneiras de compreender a natureza da ciência. A ciência adquire uma liberdade, uma existência por direito próprio, se converte em um artifício. Então, a verdade pode ser vista como plural, elegível, capaz de ser inventada.”³⁶

35 CHASIN, José. **Sobre a Onto-metodologia Marxiana**. Mimeo, Belo Horizonte, 1988.

Difícil prescrever qualquer conduta para a razão, ainda que Shackle o arrisque. Porque, antes de guiar-se por aconselhamentos, ou de deliberar soberana, responde em última análise às exigências da prática social dos homens. Exatamente a que instaura o mundo social, histórico, dotado de tempo. E que apesar de incompleto, para empregar um truísmo tão ao gosto de Shackle, é objetivo.

Neste mundo objetivo, histórico, dá-se a prática social dos homens que impõe à razão a estrita observância da objetividade do mundo. Não exclui a utopia, a imaginação e nem mesmo a quimera, a “invenção” de verdades. Mas o que as distingue é a possibilidade de efetivação, vale dizer, sua correspondência com a objetividade processual do mundo. Certamente, estas concepções que reconhecem o tempo da única forma em que se pode legitimamente fazê-lo, são emitidas em faixa de frequência diversa da de Shackle, e que este sequer se deu ao trabalho de sintonizar. E, não sobrando espaço aqui para, minimamente, indicar seus traços mais distintivos, conclui-se com uma citação que, quando nada, demonstra que o “drama” vivido pela razão também é tematizado sob inspiração de Marx.

“... estas considerações simplesmente conduziram-nos à relação paradoxal na qual a consciência humana, trazida à existência no trabalho, para o trabalho, e pelo trabalho, intervém na atividade do homem em sua própria reprodução. Isto pode ser expresso dizendo-se que a independência do espelhamento na consciência humana do mundo exterior e interior constitui uma indispensável pré-condição para o aparecimento e ulterior desenvolvimento do trabalho. A ciência e a teoria como formas automáticas e autônomas das posições teleológicas e causais no trabalho não podem, mesmo no nível mais elevado de desenvolvimento, jamais abandonar este vínculo último que as liga à sua origem. (Posteriormente) mostraremos porque elas nunca poderiam perder estes vínculos com a satisfação das necessidades da

36 *Op. cit.*, p. 372.

espécie humana, independentemente de quão complicadas e ramificadas sejam as mediações que se ligam a eles. Reflete-se também nesta dúplice relação de vínculo e autonomia um importante problema, um problema que impõe-se no curso da história à consciência e autoconsciência humanas, problema ao qual recorrentemente se veem forçadas a responder: o problema da teoria e da prática... (e cuja correta compreensão depende da análise) do problema da teleologia e da causalidade.³⁷

Mas a heterogeneidade entre a realidade e sua representação, a relação dialética entre teleologia e causalidade (que melhor maneira haveria de designar a razão?), não implicam que a razão viva fora do mundo e do tempo. Ao contrário, traduzem o fato de que a captação da objetividade do mundo é condição para o desenvolvimento da razão.

37 LUKÁCS, G. **The Ontology of Social Being, 4, Labor**. Londres: Merlin Press, 1980, p. 52.